



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Britto Pólvara, Jacqueline
Cidades informais: o caso da cidade de Praia
Ciências Sociais Unisinos, vol. 49, núm. 1, enero-abril, 2013, pp. 97-103
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93826318013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Cidades informais: o caso da cidade de Praia

Informal Cities: The case of the city of Praia

Jacqueline Britto Pólvara¹
jacqueline.polvora@unilab.edu.br

Resumo

Em Praia, Cabo Verde, a administração local vem implementando políticas de transformação no espaço, políticas estas que atingem especialmente a área central da cidade. Estas transformações visam à transformação da paisagem urbana esperando especialmente a entrada de turistas internacionais. Este artigo analisa algumas destas transformações e as diferentes percepções que estas acarretam, particularmente para as mulheres vendedoras ambulantes. Trata-se de um estudo etnográfico cujos resultados preliminares apontam para tensões e conflitos entre as políticas de remodelação da cidade e as atividades de venda ambulante efetuadas pelas mulheres.

Palavras-chave: informalidade urbana, vendedoras ambulantes, transformações urbanas.

Abstract

In Praia, capital city of Cape Verde, the city administration is carrying out new urban policies that are transforming the whole city, but specially the central area. These transformations aim to rebuild urban landscape to attract visitors, and with it, economic growth. These policies affect traditional activities of female street vendors in the area. This paper departs from an ethnographic account of the women's daily experiences, and looks at the ways that these transformations affect these women's lives, as well as at their strategies to keep working in the same activity and places.

Key words: urban informality, female street vendors, urban transformations.

Este trabalho explora duas preocupações, uma, em um plano macro, que investiga a relação das pessoas com o espaço urbano e, em um plano micro, reflete as diferentes políticas, as práticas e os discursos que forçam ou perpetuam a exclusão social nas cidades. Para tanto, tenho focado nos grupos excluídos das cidades, seja do ponto de vista de seus espaços geográficos (as periferias), seja em relação à sua exclusão dos benefícios que a vida na cidade deveria proporcionar. Assim, o que apresento aqui hoje destaca alguns ingredientes relacionados ao viver na informalidade. Em vez do enfoque clássico através da economia sobre as atividades informais, do ponto de vista antropológico, interessa-me a vida cotidiana de trabalho das mulheres que atuam informalmente em espaços mais centrais da cidade de Praia, em bairros como o Plateau, onde atividades de comércio e administrativas acontecem.

Em minha pesquisa, eu tenho me perguntado sobre a relação das pessoas com o espaço onde vivem, especificamente no meio urbano. No caso destas mulheres vendedoras ambulantes em Praia, eu tento acompanhar as mudanças nos espaços no centro da cidade (Plateau) assim como em outros bairros e analisar,

¹ Antropóloga. Professora do IHL/UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Av. da Abolição, 3, Campus da Liberdade, Centro, 62790-000, Redenção, CE, Brasil.

primeiro, como veem o espaço onde trabalham e, então, o que elas pensam dessas mudanças e como essas mudanças podem afetar o seu trabalho e suas vidas². Além da observação participante e de entrevistas eu também recorro a dados institucionais (da Prefeitura, do INE, das Nações Unidas e seus desdobramentos institucionais).

Minha análise do espaço perpassa o corpo teórico da geografia humana e cultural (Harvey, 1985, 2008; Lefébvre, 1974; Soja, 1993; Sassen, 1993, 1994, 2007; Massey, 1994), assim como a de antropologia do espaço (Low, 2000; Smith, 1996). Para este corpo teórico, ainda que cada um com suas nuances nas abordagens, o espaço urbano é considerado uma das peças fundamentais na engrenagem que faz o capitalismo global atual funcionar. Assim, e seguindo com minha interpretação desses autores, o espaço urbano seria a fumaça e, ao mesmo tempo, o motor do sistema econômico em que está inserido. Nesse sentido, as sociedades modernas capitalistas imprimem no espaço (e também no tempo) a ideia e a sensação de progresso e o que vem junto deste, que é a conversão de uma área física em capital. Daí que os espaços urbanos são espaços por excelência onde o capital global circula, o que faz com que algumas cidades acumulem tal capital e ultrapassem, muitas vezes, a importância dos Estados-Nações em si (Sassen, 1993, 1994, 2007). Ao mesmo tempo, a concentração e a circulação de capital em "cidades globais" gera e reproduz uma polarização tanto em nível local, quanto em nível global. Neste sentido, a concentração do capital – e a disputa por este – cria polarizações internas e externas (globais), através das quais grupos sociais vão sendo diferenciados por seu lugar na estrutura de classes sociais, e também por origem, por gênero, ou por pertencimento racial ou étnico (Massey, 1994, p. 146-156). Finalmente, o espaço aqui está sendo visto não como uma entidade separada ou autônoma, mas produzido a partir das relações sociais, e, no caso de Cabo Verde, essa produção está bastante influenciada pelas relações econômicas e bastante determinada pelas mulheres que o ocupam e fazem dele o lugar para produzir o seu sustento e o de suas famílias.

Seguindo a literatura introduzida aqui, eu leio e entendo o espaço, em minha pesquisa, através da compreensão dos processos de exclusão social que ocorre nas grandes cidades ao longo do tempo. Um dos debates na literatura sobre os processos de exclusão social têm sido as inúmeras estratégias e justificativas que acarretam a exclusão e quase sempre a segregação de grupos minoritários em busca da revalorização de áreas urbanas que até então estariam degradadas ou com pouco investimento. *Gentrification* (enobrecimento): essa é a fórmula bastante comum pela qual o capital se move nas cidades, através dos negócios imobiliários, com vistas à exploração comercial e pouquíssimo – quando algum – bene-

fício social (Smith, 1996; Davis, 2006). Esse processo é o que vem acontecendo na cidade de Praia, e sobre o qual eu vou me deter aqui.

Por fim, eu sigo o pressuposto de que, embora as relações econômicas ditem o ritmo das relações sociais nas cidades e modifiquem o espaço com a pretensão de gerar capital, as pessoas que frequentam e usam os espaços têm experiências, percepções diversas, ademais de que atribuem significados diversos, que nem sempre vão ao encontro do que as políticas públicas estão propondo, ao espaço. Conflitos entre essas diferentes percepções e políticas de cidade não são incomuns. É para essas diferentes percepções que eu estou olhando quando busco as vendedoras ambulantes na cidade de Praia, portanto, é também nesses conflitos que eu me detenho, para compreender melhor as questões urbanas dentro do contexto Cabo-Verdiano, e por extensão, da África Ocidental.

Cabo-Verde e a cidade de Praia

A cidade de Praia, na ilha de Santiago, é a capital do país, embora o primeiro assentamento tenha sido no que é hoje conhecido como Cidade Velha (Ribeira Grande de Santiago, 1497). A Ribeira Grande de Santiago foi o primeiro núcleo europeu em terras africanas. Praia, fundada em 1615, foi escolhida posteriormente (1858) como capital do país porque, sugere a literatura, Ribeira Grande oferecia menos condições de segurança aos ataques, além do que Praia tinha espaços melhores para servir como porto para as mercadorias coloniais (Estevão, 1989; Pires, 2007, p. 23-68).

Cabo Verde é um arquipélago de dez ilhas vulcânicas, sendo nove habitadas. As terras dessas ilhas são conhecidas por sua aridez, com exceção de partes mais montanhosas de algumas ilhas que retêm um pouco mais de umidade, além de possuírem mais alternativas de águas que outras. O clima é tropical seco, o que faz com que mais ou menos nove-dez meses ao ano sejam de clima seco e quente, com curtas temporadas de dois ou três meses de chuva. Isso faz com que o país tenha somente 10% de suas terras aráveis e que produza apenas 15% do que consome. Parte desta produção vem da pequena agricultura que dá o sustento para muitas famílias do interior das ilhas.

Segundo o Banco Mundial (World Bank, 2011), em 2007, em torno de 9% do PIB vinha das remessas de imigrantes. Neste momento, com a crise financeira mundial, as remessas, assim como os investimentos estrangeiros, têm diminuído, o que tem impactado a economia do país. No ano de 2007, o Banco Mundial também elevou o *status* de Cabo Verde e o colocou como *País de Rendimento Médio*, não pelo rendimento econômico em si, mas por uma série de itens que o Banco Mundial considera

² Esta pesquisa está sendo complementada por dois de meus alunos de mestrado do PPGCS da UNICV, que estudam o outro lado da mesma moeda, as habitações informais na cidade de Praia. Em Cabo Verde, os bairros informais são chamados de "clandestinos", o que já indica o grau de criminalização destas pessoas e de seus espaços.

importante para tal status³. Essa condecoração pode ser entendida como o afago do Banco Mundial para a adoção por parte de Cabo Verde de políticas neoliberais que regem a economia mundial e cujos efeitos têm sido, entre outros, de aumento no desemprego, além de cortes nos orçamentos públicos para gastos sociais. Com esse novo título, muitos países já não podem enviar as ajudas que enviavam antes para instituições Cabo-verdianas. Ainda segundo o Banco Mundial, em zonas rurais, 30% da população se encontram na faixa de pobreza absoluta, sendo que os mais afetados são crianças, jovens e mulheres.

Em termos da distribuição da população, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde (INE) e a UN/Habitat, em 2010, o país somava quase 492 mil pessoas, sendo que dessas, aproximadamente 303 mil (pouco mais de 60%) vivem em zonas urbanas (UN/Habitat, 2010, p. 243). Praia reúne a maior concentração urbana do País (quase 128 mil pessoas).

Nos últimos anos, a cidade de Praia tem passado por remodelações que podem ser compreendidas através de estratégias evidenciadas na deliberação 07/2008 da Câmara Municipal de Praia. O documento especifica que essas estratégias visam a: "tornar a cidade segura; [...] limpa [...]; [...] cosmopolita, moderna e dinâmica do ponto de vista económico e cultural; uma cidade inclusiva e solidária" (CMCE, 2008). Essas transformações estão concentradas em alguns pontos-chaves e especialmente no centro histórico da cidade (o Plateau). Incluem a criação da rua para pedestres (Rua 25 de Julho), que ganhou calçamento novo e algumas mudas de árvores, e onde bares e restaurantes são autorizados a utilizar parte do espaço público para atendimento aos clientes que vem beber e comer. A nova rua para pedestres também tem abrigado sazonalmente feiras de produtos locais e artesanato, além de outras programações de cunho informativo e social, como, por exemplo, campanhas para prevenção de doenças, de voluntariado, ou de combate à violência contra a mulher. As ruas ao redor estão recebendo novo pavimento nas calçadas. O mercado público municipal também está cotado para ser remodelado, e, com essa iniciativa, as vendedoras também deverão ser removidas para outra área – fora do Plateau – onde a administração municipal pretende construir um centro comercial e algumas vendedoras deverão receber um novo espaço para vendas. Essas informações sobre o novo mercado que resumo aqui foram obtidas a partir de conversas com as senhoras vendedoras. Essas senhoras afirmam não sabem ao certo se terão de sair do mercado onde estão nem quando isso vai acontecer. No caso das senhoras que operam o comércio ambulante de rua – ao redor do mercado atual e nas áreas do centro histórico –, neste momento, não têm um espaço para vender e o fazem de maneira ambulante. A grande maioria das senhoras que entrevistei revelaram não saber se o terão no futuro, já que não se sentem incluídas nas mudanças que estão ocorrendo ou estão sendo planejadas.

As mulheres vendedoras ambulantes em Praia

Meu interesse pelas senhoras vendedoras ambulantes em Praia se dá por várias razões: a primeira é que, como em tantos outros centros urbanos dos países em desenvolvimento, é impossível não topar com a venda ambulante, já que essas senhoras dominam o comércio nas ruas da cidade. Elas estão desde os bairros mais afastados do centro – novos e antigos – assim como no Plateau, o centro histórico colonial. São essas senhoras, as *rabidantes*, que dão parte da alma e da vida daquela área. *Rabidante* é uma palavra em crioulo local, que me foi traduzida como: *se virar, se resolver*. O estudo sobre *rabidantes* da economista Marzia Grassi definia a palavra como "dar a volta", "desenrascar-se" (Grassi, 2003, p. 24). Enfim, *ser rabidante* é como algumas senhoras denominam-se a si mesmas e às suas atividades de vender – na rua ou em lugares fixos – e é um termo aceito e compreendido pelos habitantes de Praia para esta atividade, além do que carrega em si a denominação de pessoas que "se resolvem". No Brasil, talvez disséssemos "os que 'dão um jeito'".

O Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde (INE) informa que, dentre o total de trabalhadores informais que trabalham por conta própria em Cabo Verde, 62,5% são mulheres (2/3 dos trabalhadores informais por conta própria) (INE, 2010b, p. 14). Um outro motivo que me desperta interesse por essas senhoras encontra-se na continuação do que já foi trabalhado por mim em meu doutorado, quando pesquisei sobre a exclusão social de famílias negras em uma área informal em Porto Alegre, agora chamada Entrada da Cidade (Pólvora, 2006). Esse trabalho tratou diretamente com famílias que vivem do e no "informal", como os carroceiros e catadores de material reciclável nas ruas dos grandes centros urbanos. Em geral, os trabalhadores informais – nas cidades brasileiras, em Praia e em quase todas as cidades médias e grandes de países menos desenvolvidos – não têm papéis ou documentos que identifiquem os seus títulos de propriedade; raramente possuem contratos de aluguel e nem mesmo documentos que os registrem como trabalhadores nos respectivos ministérios do trabalho. Portanto, poucas vezes aparecem com endereço fixo, não participam "formalmente" da vida laboral e econômica da cidade, embora indiretamente contribuam com impostos embutidos nos bens de consumo, como contas de luz e de água. Estas famílias também têm pouco dinheiro para conseguir regularizar a sua vida na cidade, e, portanto, sua permanência no chamado setor informal perpassa várias gerações atingindo vários setores da vida: onde habitam, onde e como trabalham, e de onde se abastecem de suprimentos para alimentar suas famílias.

Em Praia, as senhoras *rabidantes* são, em sua maioria, oriundas do interior da ilha de Santiago – e de outras ilhas – onde trabalhavam em atividades rurais de subsistência com suas res-

³ Boa governança, macroeconomia que apresenta forte disciplina fiscal, taxas de câmbio estável, abertura para o mercado externo, forte integração na economia mundial, e adoção de medidas efetivas para o desenvolvimento social (World Bank, 2011).

pectivas famílias de origem. A mudança para a cidade se dá quando são ainda jovens ou ao casarem-se e constituírem suas próprias famílias. Essa mudança se dá pelas razões costumeiras que justificam a migração campo-cidade: em geral, enfrentam a falta de condições de trabalho no campo, o que está também associado a questões climáticas como períodos prolongados de seca. Pode-se também encontrar senhoras, em geral com um pouco mais de idade (ao redor dos sessenta anos), que são já a segunda ou terceira geração moradora de Praia. A mudança dessas senhoras para centros urbanos como Praia e Mindelo, na ilha de São Vicente, confirma a tendência apontada pelo censo nacional que faz de Cabo Verde um país com concentração populacional majoritariamente no meio urbano, em torno de 60% do total (INE, 2010a), taxa que ultrapassa a tendência projetada pela UN/Habitat (2010, p. 99) para África Ocidental, que era em torno de 45% em 2010.

Cabo Verde: transformações e informalização da vida cotidiana

Com resultados preliminares, eu tento desenhar um perfil de cunho mais etnográfico das senhoras que trabalham nas ruas da cidade de Praia. Em geral, as mulheres, em torno dos 30 anos de idade, ou tinham ido à escola até a 4ª série, ou haviam desistido de estudar pela exigência de ter que trabalhar. Muitas delas, especialmente aquelas com mais de trinta anos, se disseram analfabetas. Em minhas entrevistas, eu as identifico como as que são migrantes provenientes do meio rural (primeira geração), e as outras que sejam moradoras na cidade já há duas ou três gerações. De uma maneira geral, essas senhoras vieram para a cidade para trabalhar como empregadas domésticas e acabaram desistindo da função, estabelecendo-se como vendedoras ambulantes. Esse último grupo de mulheres não melhorou muito as suas vidas já que saiu de condições precárias no campo e, ao adentrar no meio urbano, intensificou a faixa dos excluídos sociais, porque foi empurrado por múltiplos fatores (econômicos, políticos, sociais e humanos) para o empobrecimento e a estigmatização (Furtado *et al.*, 2008, p. 6-17). Ao mudar-se para os bairros informais, essas mulheres acentuam os indícios da persistência histórica de desigualdades e exclusão social⁴. Além da migração campo-cidade, enfrentam outros fatores econômicos pelos quais os países em desenvolvimento têm passado e pelos quais os centros urbanos têm sido afetados. Eles podem ser resumidos na fórmula de implementação de políticas liberais: redução de gastos e investimentos por parte dos Estados nos benefícios sociais (educação, saúde, transportes, habitação, luz, água, saneamento), gradual privatização dos serviços públicos e, junto destes, a criação de estratégias econômicas definidas para atrair capital estrangeiro a fim de gerar investimentos, impostos e arrecadação (Maricato, 2006, p. 213-214). Em Praia, assim como

em Cabo Verde, uma das estratégias de desenvolvimento tem sido um forte investimento no turismo. Assim, os espaços da cidade de Praia têm sido remodelados – principalmente o Plateau – com vistas a transformá-los em zonas mais palatáveis ao gosto *blasé* de turistas. Com isso perdem o espaço as vendedoras ambulantes, que estão gradativamente sendo proibidas de vender como sempre fizeram: caminhando, paradas nas esquinas ou embaixo de alguma sombra. Pouco a pouco, algumas zonas da cidade de Praia se convertem em lugares onde apenas alguns com poder financeiro de consumo podem transitar, comprar, sentar, comer e beber.

Há ainda um terceiro fator que pouco a pouco começa a ser contado pelas estatísticas, que é a presença da migração chinesa no país como um todo. A atividade principal e visível nas cidades são as novas lojas de quinquilharias de plástico, tecidos, maquiagem e utensílios domésticos. Essas pequenas lojas foram compradas de seus antigos proprietários cabo-verdianos e têm como responsáveis pequenas famílias de jovens chineses que se instalam nos fundos ou em outro apartamento na parte de cima do estabelecimento, vendendo, por vezes, as mesmas mercadorias que as senhoras vendem e outras coisas mais. A presença de chineses em Cabo Verde não ocorre apenas nos centros urbanos, mas em quase todo o território nacional, inclusive em vilarejos muito pequenos onde há, por exemplo, dois ou três estabelecimentos comerciais. Como se conhece também aqui no Brasil, os artigos vendidos são baratos quando comparados com os mesmos de origem europeia ou brasileira. Por isso, esses produtos têm “roubado” a cena e os lugares de comércio dos cabo-verdianos.

Todos estes fatores (o movimento campo-cidade, o desinvestimento estatal que contribuiria para a melhoria econômica da população, a reformulação do espaço urbano, e a competição desigual no comércio) forçam as senhoras para o comércio informal de rua ao mesmo tempo em que inibem estas atividades, além do que tais fatores aparecem sempre acompanhados do aumento da pobreza e da criminalização dos pobres. Esse ponto será desenvolvido mais adiante. Além disso, a pobreza estrutural de Cabo Verde faz com que, de alguma forma, haja, nas conversas, uma certa resignação com a situação, como também apontou o estudo organizado por Furtado *et al.* (2008, p. 7).

Podemos, então, adentrar na questão da situação dessas senhoras na informalidade em Praia. É conhecido o fato de que o crescimento urbano em diversos países, e também em África do período pós-colonial, tem sido desacompanhado tanto de políticas públicas de urbanização como de políticas de inclusão social para a população urbana em crescimento. Por exemplo, no setor habitação, as cidades informais formam a “verdadeira” cidade africana: 62% dos habitantes neste continente vivem em locais informais (Pieterse, 2009, p. 2). O documento assustador da UN/Habitat intitulado “O Desafio das Favelas” (2003, p. 246)⁵, estimava, em 2001, a taxa de 61,3% da população africana

⁴ Também em Porto Alegre eu constatee a permanência mais prolongada, por vezes por várias gerações, das famílias negras e afrodescendentes nessas áreas.

⁵ No original, “The Challenge of Slums”.

(ao redor de 187 milhões de pessoas), vivendo em cidades informais. Essa realidade dificulta a possibilidade de pensar algumas cidades africanas a partir do mesmo modelo utilizado para pensar as *megacidades* europeias (Paris, Londres, por exemplo), asiáticas (Tóquio, Seul, por exemplo) ou norte-americanas (New York, Chicago, Los Angeles, por exemplo) não pela ausência de circulação de capital global; Praia, por exemplo abriga negócios angolanos, senegaleses, russos, norte-americanos, brasileiros, portugueses e chineses, entre outros. Ou seja, embora a construção de um *shopping center* de arquitetura de alguma megacidade, de um bairro como a Cidadela, eminentemente residencial e que compreende conjuntos de edifícios altos, que destoam do resto das construções locais, predomina na paisagem urbana, o que Mike Davis descreve como: "as cidades [...] ao invés de feitas de vidro e aço, [...] serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira" (Davis, 2006, p. 28-29).

Em Cabo Verde, o esforço ao longo do tempo para "inventar" uma nação crioula que não se constituía exatamente em africana, mas tampouco conseguia ser europeia, ou especificamente portuguesa, esteve presente tanto no pensamento colonial quanto no local, particularmente almejado pelos integrantes do movimento literário "Claridade", ambos pensando Cabo Verde como uma nação, embora no continente africano, culturalmente distante de África (Dos Anjos, 2002, p. 21; Barros, 2010). Em Praia, no Plateau, a parte mais central e administrativa da cidade mantém parte da memória arquitetônica colonial, arquitetura esta que, preocupada em marcar o território, não deixava de transparecer "conflitos sociais e políticos modernos da era colonial" (Andrade, 1989, p. 38) em seus poucos investimentos urbanos por parte da metrópole. Assim, a reformulação que acontece até hoje nos espaços urbanos de Praia tenta incansavelmente atingir um objetivo talvez mais difícil que é o de transformar as cidades ou de aproximá-las da estética urbana dos países do norte.

Coquery-Vidrovitch (1988, 1991) já demonstrou que a informalidade urbana existe no período colonial e acentua-se no período pós-colonial. Assim, as cidades em África têm, na informalidade, o seu modo de crescer, e este é o caso de Praia, em Cabo Verde. Praia teve o seu coração urbanizado no Plateau e, depois disso, cresceu em áreas relativamente próximas, mas também relativamente separada por acidentes geográficos. A Achada de Santo António (também conhecido como ASA), considerado também um dos bairros mais antigos da cidade, encontra-se separado do centro-Plateau, porque este bairro também está em um segundo planalto. Esta localização – relativamente próxima, mas separada – possibilitou, por exemplo, que o bairro Achada de Sto. Antonio crescesse oscilando entre a formalidade e a informalidade. A ASA se transformou no bairro dos ministérios, das representações diplomáticas e de repartições públicas do governo federal e, sendo assim, tem parte de seu território planejado. Há, no entanto, partes do bairro que cresceram informalmente, tendo a população que resolver seus próprios impasses de organização do espaço.

Além do fato de que Praia segue a tendência de cidades africanas por sua urbanização rápida, com pouco planejamento e com informalidade abundante e crescente, as mulheres em Cabo Verde perfazem mais da metade da população empregada no trabalho informal. As mulheres, em sua maioria, são trabalhadoras informais, sem benefícios, sem aposentadoria e sem condições mínimas legais para exercer o trabalho. Quando olhamos para o comércio ambulante, vemos que é dominado pela figura feminina: 76% dos trabalhadores do comércio são mulheres, e isso explica a abundância de *rabidantes* nas ruas de Praia (INE, 2010b, p. iii).

Espaços, mulheres e tensões

Minha pesquisa até agora me revela alguns aspectos que passo a discutir a partir destas transformações no espaço urbano da cidade vis-à-vis ao cotidiano das *rabidantes*. Essas senhoras, em sua maioria, vivem nas periferias da cidade de Praia. Pela manhã, para deslocarem-se até o Plateau, utilizam o transporte público – pequenos micro-ônibus normalmente superlotados que circulam pela cidade. Entretanto, muitas delas, ao voltar, já não encontram disponível o transporte público, por isso, apelam ao táxi, a forma de trabalho de muitos homens Praianos. Por causa da distância percorrida, essas viagens podem sair por até 400,00 ECV (R\$9,30). Nesses momentos, as senhoras se organizam em grupos de até cinco mulheres – ou o que cabe dentro do carro – para voltarem para seus bairros juntas e, assim, dividir o preço do táxi. Aqui temos uma rede de ajuda e solidariedade que apoia a vida cotidiana dessas mulheres.

Na mesma linha, o espaço urbano está bastante ocupado não apenas pelas senhoras que vendem nas ruas, mas está também dividido por outra rede de solidariedade e de negócios movimentadas por essas mulheres. Muitas delas pagam um aluguel por pequenos espaços onde as mercadorias são guardadas no final do dia. Não apenas as mercadorias são guardadas nestes espaços, mas também os meios de trabalho: quando trabalham em pontos fixos, utilizam banquinhos – ou qualquer coisa que lhes permita descansar as pernas – e alguns tabuleiros onde expõem os artigos; também há os caixotes de madeira de alguma mercadoria que servem de berços para os bebês passarem o dia ao lado de suas mães, avós, tias ou conhecidas, além de outros objetos como bolsas e bacias, onde carregam o que vendem.

Os pequenos becos, entradas ou corredores do Plateau são utilizados por essas senhoras para guardar suas mercadorias. Estes pequenos negócios de aluguel e empréstimo que acontecem aqui envolvem múltiplos níveis: o primeiro é a renda que circula desse trabalho informal, que envolve outros setores e habitantes da cidade. O capital que circula nesses aluguéis de peças, corredores e pátios onde se guardam as mercadorias não é formalmente computado e, portanto, é desconhecido. Embora os preços destes aluguéis sejam relativamente baixos em moeda brasileira (uma senhora me falou em 60 ECV/semana = R\$1,40), a quantidade desses espaços que são alugados é significativa e

seguramente um *plus* no orçamento dos proprietários ou sublocatários, além de, obviamente, impactar a renda das senhoras que os alugam. Sessenta escudos por semana altera a renda de uma família que vive com dois mil escudos ao mês. Ao mesmo tempo, o aluguel cobrado pode ser a título de ajuda para pagar a água ou a luz do "corredor" ou do pátio onde deixam suas mercadorias. Os economistas sabem da importância da circulação desse capital informal nas economias nacionais⁶. O que quero destacar aqui não é exatamente as quantias financeiras que circulem através dessas senhoras e que não são computadas, mas sim a extensão da circulação desse capital e que outros cidadãos e famílias sofrerão caso essas senhoras realmente sejam impedidas de prosseguir com seu trabalho. Para além do montante que a economia informal faz circular, constitui-se desta forma, parte da rede de solidariedade que compõe as atividades informais dessas senhoras.

Há também a rede de ajuda e solidariedade que se estabelece entre elas mesmas durante o período de trabalho, quando as que têm um ponto fixo ajudam às outras: cuidam das crianças umas das outras quando as mães têm que sair por um momento, cuidam do tabuleiro ou da mercadoria, ou mesmo o simples gesto de ceder um pedaço à sombra para que outra possa descansar alguns minutos durante o seu trabalho. A Organização WIEGO (*Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing*) já destaca as condições precárias das vendedoras de rua no mundo todo, mas especialmente nos países em desenvolvimento: falta de infraestrutura para realizar o trabalho, o tempo que dispensam nas atividades para que possam sustentar suas famílias, o tempo que se ausentam de suas casas que se encontram em situação de vulnerabilidade e os baixos salários que recebem, quase sempre mais baixos que os homens que também trabalham no setor informal⁷. Dessa forma, o comércio informal em Cabo Verde segue o apontado pelos economistas, que é uma economia que faz circular um montante significativo de capital, ao mesmo tempo em que também faz circular, eu diria, um código de ética e solidariedade, diferente da predição dos teóricos dos primórdios da sociologia urbana da Escola de Chicago (especialmente Simmel, 1973). Para esse autor, as cidades criam uma distância nas relações sociais, inclusive o que foi chamado de "atitude blasé" – indiferença, distância e não comprometimento das pessoas com outras ou com assuntos públicos.

O lado reverso desta relação de cooperação e solidariedade acontece nos inúmeros conflitos que as mudanças no espaço urbano da cidade têm provocado. Como já foi dito, a prefeitura da cidade criou uma polícia especial, a Guarda Municipal (GM), cuja função, dentre outras, é "zelar pelo cumprimento de posturas, regulamentos, [...] das normas urbanísticas" (CMP, s.d.). Na opinião das vendedoras, a GM tem se destacado como agentes "que caçam gente". A proibição às senhoras e sua consequente "caça" acarreta eventualmente conflito entre elas, já que a

disputa pelo espaço ficou maior. Assim, também houve a constatação de que uma corporação que existe para defender e proteger a legislação da cidade acaba distanciando a administração pública (e seus códigos) da população mais pobre, excluindo-a, portanto, das benesses que a cidade estaria gerando. Os conflitos constantes entre as senhoras e os agentes da guarda, e também entre algumas delas resultam de um conjunto de legislações e do Código de Posturas cujas determinações não têm favorecido – ao contrário, têm dificultado – a inclusão dessas senhoras.

Considerações finais

As questões que trago aqui tocam a discussão sobre o rumo das cidades, especialmente em países em desenvolvimento. O fato concreto da tentativa de padronizar, diminuir e, se possível, acabar com a heterogeneidade dos espaços urbanos é uma velha história na História das cidades. Em Cabo Verde, o caminho não tem sido outro, como eu aponto neste trabalho. O dado concreto de que as cidades africanas crescem na informalidade, e que, apesar das inúmeras tentativas, a informalidade persiste, é um dado histórico que não pode ser negligenciado quando se tenta "reprogramar" ou "rearranjar" as cidades. Se, por um lado, o governo municipal da cidade de fato tem tentado melhorar as condições de vida da população mais pobre, investindo em quadras de esportes e em calçamento nas ruas, tem, por outro lado, promovido uma política aberta de exclusão e segregação dos mais pobres dos espaços tidos como não apropriados para estes. A atuação constante da guarda municipal correndo, intimidando, aprendendo mercadorias, "caçando" senhoras é apenas uma apresentação cruel dessas políticas, que finalmente age no sentido de criminalizar as mulheres, que são, finalmente, chefes de família e trabalhadoras.

As lógicas estabelecidas no espaço urbano de Praia entre as senhoras trabalhadoras e instituições – representadas pela prefeitura e pela guarda municipal – desenvolvem relações diversas entre os implicados no espaço. Por um lado, meu trabalho constata a existência de mecanismos de fortalecimentos de laços de ajuda e solidariedade que supostamente estariam mais escassos na vida urbana. Por outro lado, essas relações desenvolvem tensões e acentuam conflitos entre as trabalhadoras que utilizam a cidade. Os espaços são, então, vividos pelas mulheres não apenas como lugares de trabalho cotidiano, mas também como lugares de acirramento da exclusão e da vulnerabilidade, assim como de frequente tensão.

As *rabidantes* de Praia, com sua longa experiência em "resolver-se", vão encontrando táticas para enfrentar tais lógicas. Para a guarda municipal, têm suas técnicas de comunicarem-se umas com as outras e avisar quando os agentes aparecem lá na outra esquina. Saem correndo com suas mercadorias na cabeça

⁶ Ver Skinner (2008) para as diferentes discussões teóricas sobre o papel dos vendedores de rua nas economias locais.

⁷ Outras informações em <http://wiego.org/>.

para outras ruas, ou as depositam no primeiro corredor que encontram, no pátio, ou em um destes espaços que alugam para depositar suas mercadorias – não sem rir e ironizar a sua desventura em correr antes da guarda municipal chegar. Sobre o futuro incerto das transformações dos espaços da cidade, elas não demonstram muita credulidade em que possam ter uma solução positiva para que possam continuar vendendo. Às instâncias de poder, cabe, então, a difícil tarefa de criar respostas em forma de políticas que contemplem a possibilidade de efetiva inserção social, política, econômica e humana dessas mulheres e de suas famílias cabo-verdianas.

Referências

- ANDRADE, E.S. (1989). La Formation des Villes au Cap-Vert. In: M. CAHEN, *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*. Paris, L'Harmattan, p. 23-41.
- BARROS, V. 2010. Imaginar Cabo Verde a partir da Imagem do Brasil. *Revista Estudos Políticos*, 0(1):21-36.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA (CMP). [s.d.]. Cidade da Praia. Autarquia. Infra-Estrutura, Transportes e Espaços Públicos. Seção III. Área de Segurança e Proteção Civil. Disponível em: <http://www.cmp.cv/Autarquia/EquipaGovernativa/Seguran%C3%A7aProtec%C3%A7%C3%A3oCivil/tabid/66/language/pt-PT/Default.aspx>. Acesso em: 20/05/2012.
- CONSELHO DE CONCERTAÇÃO ESTRATÉGICO (CMCE). 2008. Câmara Municipal da Praia. Disponível em <http://www.cmp.cv/Autarquia/ConselhoConcerta%C3%A7%C3%A3oEstrat%C3%A9gica.aspx>. Acesso em: 28/01/2013.
- COQUERY-VIDROVITCH, C. 1988. Villes Coloniales et Histoire des Africains. *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire*, 20:49-73. <http://dx.doi.org/10.3406/xxs.1988.2795>
- COQUERY-VIDROVITCH, C. 1991. L'informel dans les villes africaines: essai d'analyse historique et sociale. In: C. COQUERY-VIDROVITCH ; S. NEDELEC, *Tiers Monde: l'informel en question?* Paris, L'Harmattan, p. 171-196.
- DAVIS, M. 2006. *Planeta Favela*. São Paulo, Boitempo Editorial, 270 p.
- DOS ANJOS, J.C. 2002. *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde. Lutas de Definição da Identidade Nacional*. Porto Alegre/Praia, UFRGS/IFCH/INIPC, 297 p.
- ESTEVÃO, J. 1989. Peuplement et phénomènes d'urbanisation au Cap-Vert pendant la période coloniale, 1462-1940. In: M. CAHEN, *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone* Paris, L'Harmattan, p. 42-59.
- FURTADO, C. (org.); PIRES, A.; MORAIS, J.; VERÍSSIMO, P. 2008. *Dimensões da Pobreza e da Vulnerabilidade em Cabo Verde. Uma Abordagem Sistêmica e Interdisciplinar*. Senegal, CODESRIA, 110 p.
- GRASSI, M. 2003. *Rabidantes. Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 354 p.
- HARVEY, D. 1985. *The Urbanization of the Capital. Studies in the History and Theory of Capitalist Urbanization*. Baltimore, John Hopkins University Press, 239 p.
- HARVEY, D. 2008. The Right to the City. *New Left Review*, 53(sept-oct):23-40.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DE CABO VERDE (INE). 2010a. *RGPH, 2010. Distribuição da População Residente (Tabela)*. Praia, Instituto Nacional de Estatísticas, 1 p.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DE CABO VERDE (INE). 2010b. *Relatório - Inquérito do Setor Informal, 2009*. Praia, Instituto Nacional de Estatísticas, 39 p. [mimeo].
- LEFÈBVRE, H. 1974. *La Production de l'Espace*. Paris, Édition Anthropos, 485 p.
- LOW, S. 2000. *On the Plaza. The Politics of Public Space and Culture*. Austin, University of Texas Press, 274 p.
- MARICATO, E. 2006. Posfácio. In: M. DAVIS, *Planeta Favela*. São Paulo, Boitempo Editorial, p. 209-224.
- MASSEY, D. 1994. *Space, Place and Gender*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 280 p.
- PIETERSE, E. 2009. African Center for Cities. Disponível em <http://africancentreforcities.net/papers/5/>. Acesso em: 20/05/2012.
- PIRES, F. 2007. *Da Cidade Velha da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde. Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano, Séc. XV- Séc. XVIII*. Praia, Edições UniCV, 213 p.
- PÓLVORA, J.B. 2006. *Dispersions: Black Communities and Urban Segregation in Porto Alegre, Brazil*. Austin, EUA. Tese de Ph.D. University of Texas at Austin, 258 p.
- SASSEN, S. 1994. *Cities in a World Economy*. Thousand Oaks, Pine Forge Press, 182 p.
- SASSEN, S. 2007. La Ciudad Global: Emplazamiento estrategico, Nueva Frontera. In: MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DE BARCELONA (MACBA) (org.), *Barcelona 1978 - 1997. Manolo Laguillo*. Barcelona, MACBA, p. 36-45.
- SASSEN, S. 1993. *The Global City. New York, London, Tokio*. New York, Cambridge University Press, 397 p.
- SIMMEL, G. 1973. A Metrópole e a Vida Mental. In: O. VELHO, *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 11-25.
- SKINNER, C. 2008. *Street Trade in Africa: a Review - Working Paper 51*. Durban, School of Development Studies, University of Kwazulu-Natal, 37 p. Disponível em: <http://sds.ukzn.ac.za/files/WP%2051%20web.pdf>. Acesso em: 20/05/2012.
- SMITH, N. 1996. *The New urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*. London/New York, Routledge, 262 p.
- SOJA, E. 1993. *Geografias Pós Modernas. A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 324 p.
- UN/HABITAT. 2010. *The State of African Cities 2010*. Nairobi, UN/Habitat, 268 p.
- UN/HABITAT. 2003. *The Challenge of Slums. Global Report on Human Settlements 2003*. London/Stterling, United Nations Human Settlements Program, 310 p.
- WORLD BANK. 2011. Cape Verde: Country Brief. Disponível em: <http://go.worldbank.org/96LOVZBGZ0>. Acesso em: 18/05/2012.

Submetido: 27/02/2013

Aceito: 10/03/2013